



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9196 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

**SENTIDOS FORMATIVOS ATRIBUÍDOS AO ENCCEJA: MOTIVAÇÕES E
PERSPECTIVAS DOS ESTUDANTES INSCRITOS NO DISTRITO FEDERAL**

Rosimeire Aguiar Pereira Lopes - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Maria Clarisse Vieira - UnB - Universidade de Brasília

**SENTIDOS FORMATIVOS ATRIBUÍDOS AO ENCCEJA: MOTIVAÇÕES E
PERSPECTIVAS DOS ESTUDANTES INSCRITOS NO DISTRITO FEDERAL**

Resumo

O presente texto busca compreender os sentidos formativos dos educandos e os fatores determinantes para elegerem o ENCCEJA para conclusão de sua escolaridade. A investigação, de natureza qualitativa, orienta-se por entrevistas realizadas com oito educandos que concluíram ou pretendem concluir sua escolarização através do ENCCEJA e análise documental dos microdados catalogados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à edição de 2019 do exame. O valor simbólico atribuído à certificação pelos educandos guarda similitudes com o projeto social neoliberal, que adjudica aos estudantes da EJA uma formação fragmentada. Todavia, evidencia-se a contradição em seus discursos, demonstrada no desejo de mudança e na educação como meio para efetuar-la.

Palavras-chave: Avaliação externa. ENCCEJA. Concepções formativas.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos atende pessoas que tiveram sua escolarização interrompida ou sequer iniciada. Nesse sentido, a EJA conjuga as funções reparadora, equalizadora e qualificadora para restituir o direito à educação que foi negado a esses sujeitos e dotá-los de condições favoráveis a seu desenvolvimento. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, então, prevê que a oferta de EJA se dê por meio de cursos e exames, a fim de contemplar as especificidades e disponibilidades dos educandos.

Historicamente, os exames voltados à certificação dos estudantes se apresentam como uma alternativa à educação presencial, na medida em que oferecem uma flexibilização na organização do ensino.

Instituído em 2002, o ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos se propõe a aferir competências e habilidades acumuladas pelo indivíduo no processo escolar e nos processos formativos que se desenvolvem em outros espaços (BRASIL, 2002).

Desde que reassumiu a certificação para o ensino médio, em 2017, o ENCCEJA somou, nas três últimas edições do exame (2017-2019), cerca de 159 mil inscrições para esta etapa no Distrito Federal.

A crescente popularização do exame se contrapõe à redução no número de matrículas na rede de ensino pública, que vem registrando uma queda de cerca de 10% ao ano, na análise do mesmo período, apesar da alta demanda de EJA no DF. Aproximadamente, 750 mil pessoas com idade superior a 25 anos não concluíram a Educação Básica (CODEPLAN, 2018).

Diante da incidência destes fenômenos, cumpre investigar as concepções formativas dos educandos, suas motivações e os condicionantes sócio-históricos e políticos que influenciam seus percursos de aprendizagem, o que constitui objetivo deste estudo.

METODOLOGIA

A investigação orienta-se por análise documental das sinopses estatísticas produzidas pelo INEP relativas ao certame de 2019 e levantamento efetuado em oito escolas situadas na cidade de Ceilândia-DF sobre a taxa de migração de estudantes da EJA para o ENCCEJA. Compõem ainda o *corpus* da pesquisa, entrevistas com 8 educandos, sendo quatro deles egressos do ENCCEJA e os outros quatro estudantes que irão participar do certame em 2021.

O grupo de entrevistados é composto por 5 integrantes do sexo feminino e 3 do sexo masculino, com idades entre 21 e 64 anos.

As entrevistas foram realizadas remotamente devido à pandemia de COVID-19 e ocorreram entre março e maio de 2021. Os egressos foram convidados a participar por meio de comunicado em mídia social. Já os educandos que ainda não prestaram o exame foram indicados do grupo de alunos que frequentam curso preparatório para o ENCCEJA desenvolvido pelo CEDEP - Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá[1].

A coleta das percepções dos sujeitos da pesquisa é uma das fases primordiais deste trabalho, pois, a adesão ao ENCCEJA está condicionada a fatores que dificilmente poderiam ser aferidos unicamente por dados estatísticos e questionários padronizados. Além de que incorreríamos no risco de obliterar as relações dialéticas entre o objeto de estudo e os elementos históricos e sociais que o circundam e que são determinantes para a apreensão do fenômeno para além de sua aparência.

Quanto ao levantamento da taxa de migração, a cidade de Ceilândia foi escolhida por abrigar o maior número de unidades certificadoras do ENCCEJA – Ensino Médio no Distrito Federal, 9 no total[2]. A opção pelo recorte no Ensino Médio se deu por este nível concentrar o maior número de inscritos no ENCCEJA e por ser este o segmento que apresenta o maior número de matriculados na rede pública de ensino do DF.

Nesta etapa, a partir da relação de concluintes divulgada no Diário Oficial do DF relativa ao ano de 2019, verificou-se quantos estudantes possuíam vínculo recente com a escola.

Em um panorama de esvaziamento da EJA, fenômeno observado em todo o Brasil, justifica-se empreender esta análise, visto que não há registros relativos ao trânsito de estudantes da EJA presencial para o ENCCEJA, nem informações sobre o impacto deste movimento migratório na oferta da Educação de Jovens e Adultos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma das finalidades do ENCCEJA consiste em consolidar um banco de dados que reúna informações técnico-pedagógicas, socioeconômicas e culturais sobre os estudantes que prestam o exame (BRASIL, 2002). Tais dados subsidiariam melhorias na aplicação da avaliação e na oferta de EJA. Incorre nessa função a necessidade de se conhecer o educando da EJA, marcado pela diversidade que permeia suas vivências e identidades como ponto substancial para identificar seus anseios formativos. Todavia, entendemos que este material carece de uma análise mais aprofundada, porquanto sua publicização é recente [3] e há poucos estudos sobre o tema. Acreditamos que as entrevistas podem contribuir para sua melhor interpretação.

O cotejamento das sinopses estatísticas e das entrevistas incita diversas leituras sobre a constituição do perfil dos sujeitos da pesquisa. Todavia, no estudo em tela são exploradas duas categorias: a exclusão e o trabalho. Estes fatores surgem sob duas perspectivas distintas: como causa para a interrupção dos estudos e como motivação para o retorno ao processo de escolarização.

As normativas que versam sobre a EJA assumem-na como modalidade destinada aos jovens e adultos trabalhadores. O vínculo com o trabalho é, pois, para estes sujeitos determinante em seu modo de viver, em sua identidade e nas leituras que fazem de si e do mundo (ARROYO, 2017).

Na edição do ENCCEJA de 2019, cerca de 73% dos 98.834 inscritos no DF afirmaram exercer alguma atividade remunerada (INEP, 2019). Entre as motivações para participar do exame, pelo menos três se relacionam a melhores condições de empregabilidade, 39% dos candidatos tencionam progredir em seus empregos após a conclusão da escolaridade, aproximadamente 68,5% querem uma nova ocupação, enquanto 76% pretendem ingressar em um curso profissionalizante.

Este último dado denota a necessidade de expandir a oferta de EJA integrada à educação profissional, o que constitui a meta 10 do Plano Nacional de Educação, vigente para o decênio de 2014-2024. O documento estipula que 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos, em nível fundamental e médio, conjuguem o ensino profissionalizante. Entretanto no DF, esse número não chega a 0,5% da oferta.

No grupo de entrevistados, apenas um dos sujeitos não mencionou o trabalho ou fatores relacionados à qualificação profissional como motivo para retomar os estudos. Contudo, apesar da certificação ser apontada como uma possibilidade de alterar o curso de suas vidas, entre os egressos, somente um afirmou que o diploma lhe garantiu a contratação em um novo emprego.

O “credo ideológico” de que a escolaridade é condição para se ter um emprego mascara, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 08), os reais elementos causadores das relações de trabalho precarizadas. Além de respaldar-se na meritocracia e na responsabilização dos sujeitos por seu desempenho, excluindo da equação os fatores sociais e econômicos.

Nessa esteira, Rummert (2008) salienta que políticas de certificação como o ENCCEJA corroboram um modelo de educação fragmentado que, travestido de oportunidade, escamoteia os processos de cerceamento de direitos da classe trabalhadora e não lhe garante uma formação para seu desenvolvimento pleno.

Sob a égide do neoliberalismo, as práticas pedagógicas que têm cunho compensatório e promovem o aligeiramento ratificam o caráter seletivo e excludente do sistema educacional brasileiro.

Com efeito, no caso dos estudantes certificados pelo ENCCEJA, essa exclusão é ratificada com a expropriação desse sujeito do espaço escolar, pois embora retomem sua escolarização, permanecem fora da sala de aula.

Em seus relatos, os educandos revelam um histórico de agressão a direitos básicos, que foram em grande medida responsáveis por seu afastamento da escola. No grupo do sexo masculino, as precárias condições de moradia e trabalho levaram à evasão. Entre as mulheres, a mesma causa foi citada: os relacionamentos familiares. Dados do INEP confirmam estes fatores como as motivações mais recorrentes para o abandono escolar (INEP, 2019).

Ana[4], uma das entrevistadas, conta que perdeu os pais e foi “forçada a acordar mais cedo do que deveria”. Ela diz:

Eu nunca tive incentivo, eu não tinha nem um caderno para ir à escola, não tinha um chinelo [...] eu tive que trabalhar muito cedo, desde os meus 10, 11 anos [...] porque eu não tinha opção. Eu sofria muito, eu sofria maus tratos, eu vi que a melhor saída era buscar um trabalho [...]. No primeiro momento eu não tinha nenhuma chance de sair para buscar um estudo nem nada[5].

A falta de condições objetivas-materiais para permanecer na escola em idade regular fez com que muitos dos estudantes ingressassem na EJA. Dentre os entrevistados, apenas um não teve experiência prévia na Educação de Jovens e Adultos. Três educandos concluíram também o ensino fundamental através do ENCCEJA.

De acordo com as sinopses estatísticas do INEP, cerca de 47% dos inscritos da edição de 2019 do ENCCEJA no DF declararam estar cursando ou já ter cursado a EJA, todavia, estes tomaram um outro caminho para concluir sua escolarização. Isso sugere que a escola pode não estar acolhendo as necessidades destes sujeitos, visto que, 32% dos participantes afirmaram não poder estudar, enquanto 62% consideraram que o exame seria a melhor alternativa para conciliar estudos e trabalho (INEP, 2019).

Segundo o levantamento realizado nas fichas cadastrais dos estudantes, 136 educandos migraram da EJA presencial para o ENCCEJA em 2019. O quantitativo de estudantes equivale a cerca de 7% do total de alunos atendidos nas unidades de ensino analisadas. Este percentual aproxima-se do índice de queda nas matrículas na rede pública nos últimos anos. Três das escolas registraram redução no número de turmas no período que abrange 2018-2019.

Conforme Arroyo (2017, p.55), a “volta à escola por um diploma de conclusão da educação fundamental ou média está intimamente associada a superar esse sobreviver provisório, essa identidade provisória de trabalhadores”. Os sentidos formativos atribuídos pelos estudantes à certificação e o valor simbólico do ENCCEJA estariam, então, relacionados à ruptura com os padrões de exclusão que vivenciaram ao longo de sua existência e a perspectivas de emancipação através do trabalho.

Com uma trajetória entrecortada por adversidades, a retomada dos estudos representa

para os educandos propor um novo direcionamento para suas narrativas, que transcende o individual, pois ao apropriar-se do direito à educação se reconfigura o papel social destes sujeitos, enquanto seres políticos e epistemológicos.

Na constituição dessa nova identidade, a percepção desses sujeitos sobre si se altera, o que gera novas leituras de mundo. Os sujeitos declararam estar mais atentos às causas sociais e se consideram mais aptos a atuar ativamente em sua comunidade.

Portanto, embora a certificação possa não atestar de fato os conhecimentos acumulados por estes estudantes em seus processos formativos formais ou informais, seu valor simbólico no ideário dos educandos engendra uma práxis emancipatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções formativas dos educandos da EJA estão enraizadas em suas vivências e em sua constituição histórico-social. O sentido prático atribuído à formação, suas motivações e objetivos convergem para a transformação no âmbito individual e no coletivo social.

Embora haja por parte da maioria dos estudantes a intenção de maximizar suas possibilidades no mercado de trabalho, a formação rasa, baseada em condições de empregabilidade apenas, orientada pela perspectiva neoliberal e que promove a “inclusão excludente” não favorece o desenvolvimento global do sujeito, contribuindo para a precarização da mão-de-obra e destituindo-o de uma existência digna (KUENZER, 2002).

Isto posto, ressalta-se que os pressupostos político-ideológicos que orientam o ENCCEJA precisam ser revistos para que acolham as especificidades e necessidades dos educandos jovens e adultos trabalhadores e se conciliem com seus anseios formativos e com a construção de uma educação emancipadora e libertadora que colabore para a edificação de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M.G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 2.270, de 14 de agosto de 2002**. Institui o Exame Nacional de Certificação de Competências (ENCCEJA). Brasília, 2002.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD)**, 2018

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística ENCCEJA**. Brasília: INEP/MEC, 2019.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores-excertos.** Disponível em:<<http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392215839>> Acesso em: 15/05/2021.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, trabalho e educação**, v. 3, p. 77-96, 2002.

RUMMERT, S. M. Educar, qualificar: caminhos e descaminhos da educação de jovens e

[1] O CEDEP é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1987, em decorrência das lutas por melhorias sociais e educativas no Paranoá-DF.

[2] Apenas uma escola não concordou em fornecer os dados requisitados.

[3] O INEP divulgou pela primeira vez as sinopses estatísticas do ENCCEJA em 2018, relativas ao certame de 2014. Não há registros sobre as edições anteriores.

[4] Nome fictício para resguardar a identidade da entrevistada.

[5] Ana. Entrevista 8 [mai, 2021]. Brasília, 2021. audio8.mp3 (48 min).